



MENDES, André Trigueiro. Mundo Sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise. São Paulo: Globo, 2012.

José Bittencourt da Silva¹

Trata a presente resenha do livro intitulado “Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise” organizado por André Trigueiro Mendes. Em seu currículo lattes pode-se ler que Mendes é formado em jornalismo e possui pós-graduação em Gestão Ambiental pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e, na condição de jornalista, é comentarista da Central Brasileira de Notícias (CBN), rádio pertencente às organizações Globo abordando temas relacionados às questões ambientais.

Na apresentação e no prefácio do próprio livro é possível depreender algumas informações esclarecedoras acerca da obra como um todo, principalmente no que concerne aos seus objetivos e ao formato que o trabalho acabou tendo em sua reedição. Como o próprio Mendes (2012, p. 9) afirma, “Mundo sustentável 2” seria uma reedição atualizada de o “Mundo sustentável - abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação”, publicado em 2005, mas que “[...] acabou se transformando, na verdade, em uma nova obra”.

O livro apresenta textos de diferentes autores com origem social e política diversificadas. Nele é possível ler reportagens transcritas, comentários publicados em revistas e jornais escritos, informações veiculadas em rádio, televisão e outras mídias. Com oito seções temáticas, a obra pode ser considerada como a reunião de textos de fácil entendimento sobre assuntos como consumo consciente, a questão do lixo ou dos resíduos sólidos, habitação e mobilidade, uso da água, biodiversidade, produção de energia, mudanças

¹ Sociólogo e especialista em Ciência Política (IFCH/Universidade Federal do Pará – UFPA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Ciências Ambientais (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA). Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação (ICED)/ Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA). E-mail: jbsilva@ufpa.br

climáticas e educação e sustentabilidade, esta última muito mais voltada para a formação de alunos em nível superior, sempre mostrando a necessidade de uma formação holística, sistêmica e transversalizada pela questão da sustentabilidade ambiental.

Mendes (2012, p. 16) afirma que dentre todos os problemas vivenciados na atualidade o maior deles é a atual crise ambiental. Para tanto, somente com a construção de novos costumes, novos hábitos e a edificação de condutas ético-morais sustentáveis seria capaz de reverter e solucionar essa crise. “[...] Não consigo imaginar um evento com esse perfil que não abra espaço, por menor que seja, para refletirmos sobre a urgência de uma nova cultura baseada no consumo consciente”.

Uma ideia presente de maneira transversal no livro reside na análise da conduta individual das pessoas que impactar de maneira negativa os processos naturais.

[...] Se vivenciamos hoje uma crise moral e ética sem precedentes, assim como graves problemas ambientais, destruição dos solos e excesso de lixo, é porque, além de não pesarmos nas consequências de nossos atos de consumo, estamos permitindo que nossas crianças sejam educadas para um consumo desenfreado e sem reflexão. Devemos parar e pensar [...]. Os recursos naturais são finitos e a forma como nos relacionamos com eles tem se mostrado insustentável (MENDES, 2012, p. 49).

Dá a proposta de que é preciso preparar as crianças para que elas sejam cidadãs e consumidoras conscientes. “O direito à educação para um consumo consciente é não só um desafio como uma das soluções para os problemas morais e ambientais de nossos tempos” (MENDES, 2012, p. 50).

[..] Como preparar as novas gerações para um mundo que proteja um futuro difícil, e extremamente desafiador em função das mudanças climáticas, escassez de água doce e limpa, produção monumental de lixo, destruição sistêmica da biodiversidade, transgenia irresponsável, crescimento desordenado e caótico das cidades, entre outros fatores que geram desequilíbrio e instabilidade? Esta educação deveria formar cidadãos conscientes das suas relações com os mercados, que ele seja capaz de refletir sobre sua conduta, negue a compulsividade e seja capaz de consumir aquilo que realmente necessita? [...] Isso não será possível sem as escolas” (MENDES, 2012, p. 360).

O autor conchama as famílias, o Estado, os educadores, o mercado e os publicitários a empreenderem juntos uma luta contra essa crise, que antes de tudo é moral e ética. Esses sujeitos coletivos teriam a responsabilidade de transformar a realidade ambiental atual e apontar novos caminhos na direção de uma sociedade sustentável. “Precisamos vislumbrar

novos tempos, mais éticos e sustentáveis, no qual as crianças sejam honradas e preenchidas com valores mais humanos e menos materialistas” (MENDES, 2012, p. 50).

Essa obra em grande medida rompe com a visão ingênua, biologizante, conservacionista e tradicional na medida em que a “crise ambiental” passa a ser percebida como resultado de processos econômicos e sociais. Precisamente, pode-se observar que as ideias contidas no livro como um todo identificam a produção, o consumo e a cultura das sociedades atuais como causadores de externalidades nefastas ao meio ambiente, entretanto, negligencia os aspectos determinantes ou estruturais próprios do atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista e sua lógica de apropriação da riqueza e dos recursos naturais.

Para que se possa entender criticamente a proposta do livro enquanto resposta à chamada “crise ambiental” ou “questão ambiental”, deve-se partir de dois pressupostos básicos imperativos ao entendimento dessa temática. Primeiramente, deve-se entender que a natureza em si não tem nenhum problema, ou seja, os processos naturais são auto-regulados e não produzem efeitos deletérios a sua própria existência.

Em segundo lugar (e como consequência do primeiro pressuposto) o que se percebe atualmente como “crise ambiental” constitui-se, na verdade, em expressões fenomênicas de processos sociais que se estabelecem com e na natureza. São efeitos de causas que precisam ser discutidas no âmbito da sociedade, ou mais precisamente dos processos sociopolíticos e econômico-culturais da sociedade capitalista, a qual tende a tornar cada vez mais agudo os aspectos percebidos como “crise ambiental”.

De fato, a natureza (as árvores, os animais, os micro organismos, etc.) não produz lixo, não polui as águas, o ar e o solo, não provoca a devastação de florestas, nem tampouco desorganiza as massas de ar que influenciam nos regimes das chuvas. Portanto, não há problema ambiental, porque o meio ambiente não possui em si problemas. O que se observa hoje em relação ao meio ambiente é o resultado de processos sociopolíticos e econômico-culturais dentro de um sistema historicamente dado. Como a natureza em si não apresenta nenhum problema é possível dizer que, se deixada ao seu próprio devir existencial a natureza mantém a sua evolução de maneira apropriada e independente da ação humana.

Neste sentido, pode-se dizer que a discussão proposta no livro de Mendes (2012) configura-se como representação ideologizada do movimento do real que não pode ser apreendido de maneira clara e natural pelos olhos humanos. Como afirma Kosik (1976) é o produto da *práxis* fetichizada, ou seja, práticas sociais de sujeitos impregnados pela visão

social do mundo cotidiano historicamente dado. No caso o modo de produção capitalista e suas estruturas estruturantes das ações e teorias dos agentes nos diferentes campos de sociais.

Por conseguinte, deve-se compreender essa realidade ambiental como resultado de um tipo de racionalidade exacerbada pelo modo de produção capitalista. Essa racionalidade constitui-se como uma estrutura estruturante de uma certa conduta hegemônica na sociedade como um todo, a qual é fundada “[...] numa lógica de acumulação ilimitada (do capital, dos lucros, das mercadorias), do esgotamento dos recursos, do consumo ostentatório, e da destruição acelerada do meio ambiente” (LÖVY, 2014, p. 46).

[...] a racionalidade limitada do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais. Não se trata de opor os “maus” capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais. O pretense capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria, ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista (LÖVY, 2014, p. 47).

Por isso, diz Lövy (2014, p. 48), há a necessidade de uma luta mais ampliada de transformação e reorganização do modo de produção capitalista como um todo e não apenas no que concerne ao consumo. Essa transformação deverá edificar uma nova racionalidade civilizatória “[...] fundada em critérios *exteriores ao mercado capitalista*”.

Antes de mais nada, trata-se, parece-me, de uma *ética social*: não é uma ética dos comportamentos individuais, não visa culpabilizar as pessoas, promover o asceticismo, ou a autolimitação. Com certeza, é importante que os indivíduos sejam educados para respeitar o meio ambiente e recusar o desperdício, mas o verdadeiro jogo se joga noutra parte: na mudança das estruturas econômicas e sociais capitalistas/comerciais, no estabelecimento de um novo paradigma de produção e distribuição, fundado, como vimos anteriormente, em levar em conta as necessidades sociais – notadamente a necessidade vital de viver num meio ambiente natural não degradado. **Uma mudança que exige atores sociais, movimentos sociais, organizações ecológicas, partidos políticos, e não apenas indivíduos de boa vontade.** [...] O combate para salvar o meio ambiente, é necessariamente o combate por uma mudança de civilização (LÖVY, 2014, p. 65-66).

O uso de expressões genéricas de que a “humanidade”, a “sociedade” ou mesmo “todos nós” precisamos refletir sobre “nossas” ações, acaba dificultando e ideologizando a compreensão dos processos reais e estruturais ao sistema. Daí dizer-se que a visão

pragmática presente no livro é “[...] ahistórica, apolítica, conteudística e normativa (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29), o que a deixa na superfície do problema ambiental.

Essa ausência de reflexão deriva da crença na neutralidade da ciência e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. [...] A busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, embora dentro de um limite que não ultrapasse as fronteiras do realismo político, do economicamente viável, da conservação do *status quo*, que na Educação Ambiental se enquadra na perspectiva da ‘atividade-fim’. Esse quadro reduz as possibilidades de enfrentamento político da crise (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 32).

No que tange às relações estabelecidas entre os atos individuais e seus rebatimentos no meio ambiente, concebe-se essas ações como resultante de uma má formação das pessoas que acabam por assimilar uma racionalidade eticamente ruim, sem qualquer análise da imanência desses comportamentos a uma sociedade historicamente dada. Não se discute essa suposta má conduta como uma condição existencial do modo de produção e consumo capitalistas, o qual estruturou e se mantém graças à ideologia do progresso, alienação e exploração de trabalhadores e trabalhadoras assalariados, ao consumo ilimitado e ao uso predatório dos chamados recursos naturais.

O crescimento econômico, a geração de riqueza material e o processo de apropriação/acumulação privada na formação social capitalista não são percebidos pelos autores dos artigos que compõe o livro organizado por Mendes (2012) como elemento estrutural e estruturante dos processos sociais e, por conseguinte, da degradação ambiental. De fato, eles percebem uma certa disfunção comportamental e não como uma realidade própria do sistema, por isso seu caráter ideológico e conservador. Como não se faz essa relação analítica, sublimam-se as contradições internas à formação social capitalista e aponta-se para o comportamento individual das pessoas como as causas da degradação ambiental.

Apesar do discurso de que cada um precisa fazer a sua parte, não se observou no livro de Mendes (2010) uma só palavra sobre os movimentos sociais como protagonistas do processo de construção de uma nova sociedade “sustentável”. Muito ao contrário. A percepção da obra sobre as “questões ambientais” não apresenta uma crítica mais aprofundada acerca da economia capitalista, nem tampouco dos seus processos políticos e ideológicos que garantem as relações de poder e dominação de classe, negligenciam-se também as organizações de cunho popular questionadoras desse estado de coisas opressor.

A escola e ao sistema educacional de ensino são percebidos de maneira autônoma frente a esta mesma sociedade ou mais precisamente frente a seus processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Tanto assim, que lhe caberia o imperativo papel de formação de pessoas capazes de evitar sua própria degradação e a degradação da coletividade como um todo. A função da escola seria a de contribuir com a construção de um novo indivíduo social, econômico e ambientalmente correto. O esforço educacional escolar deveria seguir nesta direção, ou seja, contribuir com formação de uma consciência ecológica, desconstruindo posturas individualistas predatórias e formando um comportamento sustentável frente ao mercado consumidor e as empresas produtoras das mercadorias.

Para Loureiro (2007, p. 69) proposta de educação sensibilizadora e conscientizadora dos alunos precisa ser questionada.

[...] o que é conscientizar? Este é um conceito com muitos significados, mas normalmente quando as pessoas fazem menção a ele querem dizer: sensibilizar para o ambiente; transmitir conhecimentos; ensinar comportamentos adequados à preservação, desconsiderando as características socioeconômicas e culturais do grupo com o qual se trabalha. Em resumo, dar ou levar consciência a quem não tem.

Conscientizar ou sensibilizar uma pessoa seria levar verdades a ela, fazê-las pensar corretamente para que ajam corretamente. Essa é uma questão extremamente complexa, afinal “Será que os educadores ou proponentes dos projetos possuem a solução ou estão mais sensibilizados para a natureza do que os demais participantes?” (Ibidem).

Ao desconsiderar os condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais historicamente dados acredita-se ser possível implementar um projeto escolar autônomo, o qual deveria manter seus esforços em um nível necessário e capaz de impedir ações humanas que levarão a catástrofes ambientais gerais. As ações individuais predatórias seriam desvios de caráter socialmente construídos e a educação precisaria redirecionar essa anomalia comportamental, a qual se materializa nas posturas individualistas cotidianas de um indivíduo/destruidor/predador.

A função da escola e dos sistemas de ensino seria construir condutas individuais ética e ecologicamente sustentáveis a partir da ideia de cidadão/ecologista. Todavia, como os determinantes objetivos da sociedade capitalistas são negligenciados (acumulo de capital, extração de mais-valia, exploração do trabalho, lucro rápido, etc.), atém-se unicamente a propor uma escola que possa cumprir o papel de correção das práticas nefastas ao meio ambiente, caindo em uma armadilha ideológica e dissimulando aquilo que realmente faz

surgir a chamada “crise ambiental” da atualidade, que são as contradições imanentes à reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, Mar. 2014. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&Ing=en&nrm=iso . Acesso em: 27 Maio 2016.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios**. In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola (Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/educacaoambiental_naescola.pdf . Acesso em 7 dez. 2016

LÖWY, M. **O que é ecosocialismo?** 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2014 (Coleção questões da nossa época, v. 54).

Submetido em: 13-02-2017.

Publicado em: 30-04-2017.